



lyf
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata 14-A - Sessão Ordinária de trinta de novembro de 2023

Ao trigésimo dia do mês de novembro de 2023, pelas vinte e uma horas, realizou-se a Sessão da Assembleia de Freguesia de Quarteira, relativa ao mandato de 2021-2025, presidida por Lígia Maria de Sousa Correia Brito, Presidente da Assembleia de Freguesia de Quarteira, Lígia Brito, com a seguinte lista de presenças:

9 membros do PS: Lígia Brito, António Floriano, Verónica Martins, Álvaro Bota, Josiana Forte, Ângela Guerreiro, Lara Santos, Sónia Dallot e Ricardo Tomás.

4 membros do PSD: Vitor Duro, Ricardo Proença, João Santos e Augusto Veiga.

1 membro do CHEGA: Élio Carmo.

1 membro do Bloco de Esquerda: Jorge Guerreiro

Após a verificação da existência de quórum, a Exma. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu como aberta a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Período de Intervenção do Público;
- 2) Período Antes da Ordem do Dia;
Discussão e Aprovação da Ata 05/A, 06/A.
- 3) Período da Ordem do Dia:

Proposta nº 87-2023 – Apreciação e aprovação dos documentos previsionais para o ano 2024:

- Orçamento da Receita e da Despesa;
- Resumo do Orçamento;
- Plano Plurianual de Investimentos
- Relatório de Orçamento e Grandes Opções de Plano;
- Proposta do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento.
- Minuta de aprovação de horas Extraordinárias para 2024.

Proposta nº 88-2023 – Apreciação e aprovação da Alteração Orçamental da Receita e Despesa – Revisão Nº 3.

Proposta nº 89-2023 – Apreciação e aprovação da 2ª Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira;

Proposta nº 90-2023 – Apreciação e aprovação do Procedimento Plurianual – Aquisição de serviços de Consultoria para a avaliação e melhoria das condições de segurança e saúde do trabalho.

Proposta nº 91-2023 – Apreciação e aprovação do Procedimento Plurianual – Aquisição de serviços para aplicação de Fitofármacos.

Proposta nº 92-2023 – Apreciação e aprovação do Acordo de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P , no âmbito do desenvolvimento dos cursos de PLA (Português Língua de Acolhimento).

Proposta nº 93-2023 – Apreciação e aprovação do Protocolo de Parceria com o Agrupamento ESLA, no âmbito do desenvolvimento dos cursos de PLA (Português Língua de Acolhimento).

Proposta nº 94-2023 – Apreciação e aprovação do Protocolo de Cooperação e Parceria com o Agrupamento ESLA, no âmbito do Plano Individual de Transição (Estágios).

Proposta nº 95-2023 – Apreciação e aprovação do Protocolo de Colaboração com a Escola Alemão, no âmbito do Programa Erasmus +.

Proposta nº 96-2023 – Apreciação e aprovação do Acordo de Colaboração com a DGAL, no âmbito do Programa Apoiar Freguesias – Apoio Financeiro.

Proposta nº 97-2023 – Apreciação e aprovação do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira com a ANAFRE, no apoio á operacionalização do Programa Vale Eficiência.

Proposta Nº 98-2023 – Apreciação e aprovação do Regulamento Orgânico dos Serviços da Junta de Freguesia de Quarteira.

Proposta Nº 99-2023 – Apreciação e aprovação do Regulamento Geral de Taxas da Junta de Freguesia de Quarteira.

Proposta nº 100-2023 – Apreciação e aprovação do Regulamento Geral de Preços da Junta de Freguesia de Quarteira.



Proposta nº 101-2023 – Apreciação do Relatórios de Atividades, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2023, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4) Período de Intervenção do Público;

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Boa noite vamos dar início à Assembleia ordinária da Freguesia e começo por cumprimentar os deputados, o público aqui presente e quem nos assiste pelas redes sociais. Uma vez que não há intervenção do público passamos então para o período antes da ordem do dia. Tem a palavra o Sr. Élio da bancada do Chega.

Bancada do CHEGA – Élio Carmo: Muito boa noite a todos. Eu trago aqui algumas situações que, se fosse possível, gostaríamos de ser esclarecidos. No passado dia 1 de setembro, nesta Assembleia, foi aqui referido que o outdoor do partido CHEGA, seria uma poluição visual ou algo semelhante. Acontece com o referido outdoor ou outros que venham a ser colocados na nossa freguesia, além de permitir dispor lei, como sabem, são pagos com o dinheiro do partido e os seus militantes e não com o dinheiro dos contribuintes ou os fregueses da nossa freguesia.

Assim sendo, deveria o senhor Presidente ter dado resposta e até afirmou que estava em conversações com o CHEGQ, para a retirada do referido outdoor, o que é falso. Aproveito para perguntar na Assembleia, ao senhor Presidente quantos mupis de campanha socialista, onde aparece a sua imagem, pura propaganda, diga-se de passagem, a fazer lembrar aqueles grandes outdoors que se viram em algumas ditaduras pelo mundo fora e obviamente que aqui com um toque de magia que a tecnologia nos traz.

Tenho aqui, estou a referir isto aqui, toda a gente já deve ter visto quantos deles existem onde aparece a imagem do senhor Presidente, e que a legenda com reflexo da luz também não dá bem para ver bem. Numa época em que se apela à economia e à boa gestão de energia, aquilo deve funcionar com algum tipo de energia, não sei se

será solar, qual o valor do custo dos mesmos e obviamente deve ter sido pago com o dinheiro dos contribuintes?

Senhor Presidente, Telmo Pinto como bem sabe o partido CHEGA distribui semanalmente em todo o país o nosso jornal folha nacional. Acontece que os elementos que fazem a distribuição gratuita do nosso jornal, Folha Nacional, na feira semanal de Quarteira, já foram abordados por funcionários da Junta de Freguesia e foi-lhes dito que seria necessária uma autorização passada pela Junta para que essa distribuição fosse feita. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente qual é a lei que diz que é necessária essa autorização da Junta. Pois a Lei 97/88 de 17 de agosto diz precisamente o contrário e é uma lei promulgada pela nossa Assembleia da República. Em relação aos postes de iluminação no calçada, apagados ou fundidos, contei pelo menos 38. Na Aldeia do Natal vi várias extensões elétricas de interior que foram colocadas no exterior, ao nível dos pés. Não sei se isto é responsabilidade da Junta ou de algum privado, mas tenho a certeza de que, se fosse um privado, já lhes tinham caído em cima várias autoridades.

Queria também referir um outro assunto para terminar, que tem a ver com uma resposta que o senhor Presidente deu aqui há umas duas assembleias atrás sobre a questão dos esgotos no centro de Quarteira. O senhor disse que todo o sistema é, e usou a palavra, obsoleto. Ora, se é algo que está obsoleto á tantos anos, eu, pelo menos, há 50 anos que me dou conta da mesma situação todos os anos. E este ano estamos à espera que venha para aí uma chuva mais intensa para, novamente, vermos o espetáculo da inundação de Quarteira, que já é famosa. Porque é que não se resolve este problema?

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Antes de passar a palavra para a próxima bancada, eu gostava de chamar a Sónia Dallot, para secretariar aqui na mesa. Passo a palavra ao Sr. Jorge Guerreiro da bancada do Bloco de Esquerda.

Bancada do Bloco de Esquerda – Jorge Guerreiro: Boa noite a todos. Queria perguntar ao senhor Presidente da Junta em que ponto de situação está o concurso do Edifício da



Praça, penso que ele já deve ter terminado e se pode informar se existiram alguns concorrentes para o mesmo. Gostaria também de saber se a creche do Forte Novo já se encontra a concurso.

Queria aqui fazer uma sugestão para que fossem feitas uma ou duas assembleias, talvez duas extraordinárias temáticas. Uma delas sobre a habitação, pois penso que a Freguesia de Quarteira é aquela que tem mais necessidades no concelho e penso que era bom que fosse feito sobre o mesmo para saber o que é que está planeado, o que é que se pretende fazer até ao fim do mandato.

Outro assunto que poderia também vir aqui a ser debatida, temática também, sobre a pesca, porque o que vai existir em 2024 com a situação de uma zona interdita de pescar e algumas embarcações de Quarteira, podem vir, em termos económicos, a afetar grandemente algumas embarcações e por sua vez, muitas pessoas, apesar de haver uma promessa de 1.000.000,00 (um milhão de euros) a dividir pelos de Quarteira e não só, se calhar, é escasso e pode haver embarcações que vão ver os seus rendimentos baixar grandemente.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passo a palavra ao Sr. João Santos da bancada do Partido Social Democrata.

Bancada do Partido Social Democrata – João Santos: Boa noite a todos. Realmente, eu queria fazer aqui uma intervenção também na sequência daquilo que o deputado do Bloco de Esquerda, Jorge Guerreiro, acabou por falar relativamente à AMPIC, a Área Marítima de Proteção de Interesse Comunitário. Ela foi criada, formalizada no dia 23 de novembro, numa resolução aprovada em Conselho de Ministros e como sabemos, foi um processo em que a Fundação Oceano Azul, o CC Mar, cerca de 80 entidades regionais, incluindo também as associações de pescadores, participaram num processo em que se foi apresentando a ideia desta AMPIC. Na altura, ela começou a gerar uma grande comoção porque já se perspetivava esta situação das compensações.

Isto é um tema que já foi aqui falado várias vezes, mas nunca é demais relembrar. Aquela área vai ficar interdita durante algumas décadas. Os pescadores que pescavam

naquela área, que dependiam daquela área para o seu sustento, agora, não podendo fazer, vão ocupar as áreas de pesca daqueles que, não tendo capacidade para lá irem, agora vão ver-se sobrecarregados com essas embarcações, com esses colegas de trabalho. Esta é a grande questão.

Agora, o que lamento, e esta bancada lamenta, em todo este processo, é que o Município de Loulé, não se sabe qual é que terá sido a opinião pública, por exemplo, do Presidente Vítor Aleixo, não está aqui, mas fazemos aqui referência relativamente a esta matéria. Nunca se assistiu, nunca se viu uma posição clara, nunca se viu nada. E aquilo que o PSD tanto quanto fomentou, as audições na Assembleia da República, em que se chamou Oceano Azul para ser inquirida, em que se chamou também o CC Mar para que explicassem realmente o que é que ia acontecer ali e quais eram as compensações. E o que é que aconteceu? Uma vez mais, faz-se aquilo que acontece sempre e criam-se as coisas e depois, logo se vê. Há um 1.000.000,00€ (milhão de euros) que não dá, nem sequer, se calhar, para as compensações da embarcação que mais pescam em Quarteira. Por isso, exorto esta Assembleia para que possamos todos a uma só voz falar disto na Assembleia Municipal, indicar o executivo municipal e quem tem assento, por exemplo, na Amal, que era associação dos municípios algarvios para que os municípios com representantes e que com pescadores que incidem diretamente sobre essas zonas ou que trabalham nessas zonas, possam se reunir para terem uma opinião conjunta para a nível do futuro governo, seja ele qual for, conseguir-se aqui melhor programa de compensações e medidas para os pescadores. Somos a favor da criação da AMPIC. Está criada, avançou com o Recife, o parque natural marítimo da pedra do valado do Algarve, mas e as pessoas? Esta deverá ser o fator que deve demover a influência política desta Assembleia.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passo a palavra a Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Boa noite a todos. Sobre outro assunto, como é habitual, temos aqui o tema recorrente das nossas assembleias,



sobretudo nesta altura, que é a segurança na cidade. Tenho conhecimento de alguns assaltos, principalmente a viaturas, perto da casa de amigos e familiares. Chegam ao ponto de partir o vidro e revistar todo o carro, sobretudo na zona da BAL e recentemente, acredito que houve um assalto numa ourivesaria, com arma de fogo. Portanto, acho importante ressaltar que sabemos bem como os meios às vezes são escassos nestas alturas, mas um pequeno aviso para reforçar a segurança pode melhorar um pouco a situação.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Vítor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vítor Duro: Cumprimento todos os presentes. Quero apenas mencionar que concordo totalmente com o que o João estava a falar sobre a AMPIC e o que o Jorge falou anteriormente sobre a realização de uma Assembleia extraordinária. Acho que seria importante, assim como uma Assembleia sobre a habitação. Discute-se na Câmara, mas em Quarteira como não há competências para isso, pouco se fala nisso. Eu diria que se sente em Quarteira mais este problema do que noutros lugares porque, além da habitação para nós, temos a habitação para quem vem trabalhar numa terra em crescimento.

Relativamente à segurança, que o Ricardo estava a mencionar, também concordo e era muito importante termos um reforço dos meios policiais em Quarteira. Toda a gente sabe disto, Senhor Presidente e obviamente não podemos deixar de levantar a voz a favor desta situação, porque a Câmara constrói um novo quartel da GNR, constrói em Almancil e não há efetivos, não pode ser. Em Quarteira, não se vê um polícia na rua, é muito raro ver um polícia na rua e quem quer fazer alguma coisa de mal faz com a maior impunidade.

E quem diz isso, refere-se às trotinetas na avenida, indo em sentido contrário na estrada. De vez em quando ocorre um acidente, pois não há vigilância na rua, o que é gravíssimo. Outra coisa, gostaria de perguntar à Senhora Presidente se pode confirmar se a Moção do Metrobus, que foi aprovada em Assembleias anteriores, foi realmente

enviada para as entidades. Ainda bem que a CCDR colocou essa situação em consulta pública porque Quarteira não pode ficar fora destes grandes investimentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Confirmando que foi enviado depois de termos falado aqui na segunda Assembleia. Senhor Presidente da Junta, pode responder às questões solicitadas?

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Boa noite a todos. Vou começar por dar resposta sobre os outdoors. A minha postura é mesmo essa. Para mim, outdoors são poluição visual. Quando cá cheguei, havia 14 autores à entrada de Quarteira. Com certeza, quem diz que gosta de Quarteira não iria gostar que se continuassem lá com 14 outdoors, sejam eles políticos ou de informação privada. Com certeza, se tivéssemos mantido os 14 que estavam à entrada, não seria e não teria a entrada que tem hoje, que dignifica.

Outra coisa que é importante. Nós podemos e os partidos têm toda a legitimidade para lutar pelos interesses da população, como os cargos eleitos têm toda a legitimidade. No dia em que fizermos desaparecer os cargos eleitos, porque nós vamos apresentar um orçamento hoje aqui que manifesta uma conquista, um ganho para a Junta de Freguesia, uma Junta de Freguesia que neste momento está entre as 10 maiores do país.

Eu não posso querer que amanhã se queiram fazer desaparecer os cargos políticos, de aparecer na rua, de manifestar o trabalho que vão fazer e explicar às pessoas porque aparecem num Muppi que, para já, teve fundos comunitários. Foi uma das primeiras vezes que esta Junta conseguiu buscar fundos comunitários para comprar aquele tipo de equipamento. Agora, nós não podemos chegar a este tipo de populismo e, de fazer desaparecer os cargos que são eleitos pela população legitimamente. Não podem aparecer no outdoor, não podem explicar o tipo de trabalho que estão a fazer. Se calhar, é melhor não falar aqui nem ter transmissão direta para casa, porque estou aqui a fazer campanha. Estamos a questionar se é ou não é obstrução. Isso não é



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

poluição visual. Eu concordo, e acho que há muita gente que concorda com isto. Há outras formas de comunicação. Estamos num mundo completamente diferente. Não são os outdoors que vão dignificar o espaço onde nós vivemos. Aquilo foi com fundos comunitários, não num concurso que fizemos. Conseguimos ir buscar investimento para esta Junta de Freguesia de quase 200 000,00€ (duzentos mil euros). Para nós foi importante porque é para isso que servem estes fundos comunitários.

Com a distribuição do jornal Chega, é lógico que a propaganda política e a comunicação política podem ser feitas. Se calhar, quem disse não, não fez no sentido mau por ser o CHEGA. Fez porque são muitas as empresas privadas, são muitas as entidades que querem espalhar folhetos e publicidade dentro do mercado. E se nós deixarmos a distribuição anarquicamente, não é agradável. Mas é lógico, a propaganda política pode aparecer e nunca houve partido nenhum que dissesse que nós proibimos que os partidos lá fossem sabendo que têm autorização por lei para o fazer.

A iluminação é um caos e toda a gente sabe que está a ser um caos. Quando cheguei aqui, a EDP respondia dentro dos 10 dias, mas atualmente é uma empresa privada que faz concursos com subempreitadas com outras empresas que não dão resposta. Temos muitos postes caídos, muita iluminação em falha e cada vez que saímos à rua, fazemos marcações, fazemos levantamentos e questionamos as ERedes, sistematicamente para que possam fazer o seu serviço com mais rapidez.

A parte elétrica na Praça do Mar, aquilo é uma empreitada da Câmara Municipal de Loulé. Podem estar lá elementos das empresas ou mesmo da equipa da eletricidade da Câmara. Nós vamos questionar o que é que se passou e que tipo de extensões é que eles estão a usar.

Os esgotos de Quarteira, estão como os esgotos de Loulé e de Almancil, e o que eu falo geralmente, dou a minha opinião sobre isso. Realmente, há muitas infraestruturas do concelho, e nomeadamente Quarteira, que estão deficitárias e precisam de ser alteradas. Portanto, o que quer dizer é que o facto de ter conhecimento que elas estejam obsoletas, não significa que eu não esteja a lutar para que elas possam, no futuro, ser alteradas. Não andamos a fugir aqui de nada porque não é uma

gk

competência que nós consigamos fazer é dar resposta diretamente, mas é uma competência que nós conseguimos sempre lutar para que, de futuro, sejam alteradas as famosas inundações.

Sobre o edifício das praças, foram a concurso. Eu sei que houve cerca de 20 empresas, pelo menos, interessadas. Mostraram interesse, não quer dizer que vão concorrer. Depois, no final, só 2 é que concorreram e há agora uma avaliação para perceber se têm documentação e se têm tudo em condições para ser pode ser adjudicada a uma delas. O mercado tem uma particularidade e é uma conversa que tem surgido. É muito fácil dizer que é um erro nosso falar em mercado. Isto é um projeto que tem, se calhar, mais de 15 anos em que foi empurrando para a frente a decisão de se fazer um mercado novo de Quarteira.

Primeiro era só mercado, depois teve 2 pisos de estacionamento para baixo, mas se nós falarmos num silo de estacionamento, somos todos de acordo. Mas se for ali debaixo do mercado, já faz parte do mercado, já é muito valor e uma envolvente toda com cerca de 10 ou 15 ha que vai ser toda remodelada, incluindo todo o terreno do Casinha que é metade daquela zona. Uma grande parte está obsoleta e, dentro do próprio mercado, uma quantidade de lojas de serviços e zonas de restauração. Ou seja, se nós tivéssemos aqui a falar, eu estou a falar de um projeto que são 4 projetos num só e em 15 anos. Se eu tivesse feito a remodelação da casinha e, depois, passados uns quantos anos, fizesse o estacionamento em silo, toda a gente defende para Quarteira. Acham que era normal que fizesse depois uma zona de restauração ao pé da praia com todas as condições, zonas de esplanadas para fazer feirinhas, posições, tudo mais, e fizesse um mercado com frutas, legumes e peixe. Eu diria que são 4 projetos que estavam fracionados e se aceitava.

Neste momento, fala-se num valor para mais de vinte milhões de euros e a opinião é que é muito dinheiro para o mercado. Aquilo não é o mercado, são 4 projetos num só. São 400 lugares de estacionamento, mais ou menos, na periferia do centro que vão dar muito jeito a muita gente, são remodelações de zonas que estão obsoletas, como casinha e todo aquele processo de uma aposta na economia diferenciadora. Portanto, quando se fala de mercado, não é mercado, é um edifício multiusos com todas as



Subj
21/11
UP

condições, com um silo de estacionamento, que é aquilo que nós procuramos. São 4 projetos num só. Se tivesse sido dividido nos 15 anos que nunca se fez, se calhar, estávamos aqui e não dava nada. Esta é uma aposta importante para a freguesia e para o concelho.

Sobre a creche do Forte Novo, ninguém concorreu. falta de capacidade de empreiteiro. Agora, reavaliámos o valor e foi lançado o concurso outra vez. Portanto, estamos à espera para perceber quando é que e quais são os resultados agora de futuro. Assembleias temáticas, sim, mas era importante nós pensássemos que houve uma Assembleia temática da habitação e que deveríamos todos ter comparecido porque nós não falamos de Salir, nós falamos do Conselho e nós pertencemos a um Conselho. Uma Assembleia temática gerida pela Câmara faz muito sentido por nós, faz sentido falarmos sobre o assunto, sobre o problema, mas não temos respostas diretas para resolução. Podemos fazê-la, repetimos muitas vezes mais uma Assembleia e eu gostava de ter visto as pessoas que reivindicam aqui porque são partidos que também estão lá que possam, naquele local, fazer e dar a sua opinião também sobre o assunto, o que é muito importante.

A AMPIC é lógica, desde o início, tenho tentado estar o mais próximo possível da AMPIC e houve uma manifestação e eu não vi lá nenhuma destas bancadas na manifestação.

Sobre a AMPIC, o concordo plenamente com o que foi aqui dito para proteger aquela área ambiental, mas há coisas que são importantes que é lógico que são os pescadores e não é só com as contrapartidas que o problema que está ali não é só as contrapartidas que há pessoas que querem continuar a pescar, se há pessoas que querem abater o barco e receber a contrapartida, há outros que querem continuar esta pesca tradicional e isso é importante que aconteça.

Outras entidades locais questionaram qual era a minha posição. Sou a favor de protegermos a natureza, mas temos uma quantidade de problemas no mar. Por exemplo, temos a aquacultura no Algarve, temos zonas abandonadas onde os pescadores não conseguem lançar a rede, ficaram abandonadas no fundo do mar.

Temos uma quantidade de proteções, como as estátuas que foram lançadas em Portimão. Eu disse isto no outro dia em Albufeira, que é uma aposta turística que condiciona os pescadores. Temos, por exemplo, a eólica offshore que vai trazer, e a sorte é que os ventos não são mais fortes aqui no Algarve porque vai ser mais da zona centro para cima que vai acontecer as offshores que também vão tirar as zonas de pesca.

Já está aprovado, pelo menos alguns estudos que foram feitos, que quando as ventoinhas estão a funcionar, os peixes desaparecem. Há muita gente a lutar para isso. Eu acho que nós temos de nos juntar aqui por esta causa, tentar ir buscar para os pescadores aquilo o máximo que conseguirmos, defendendo.

Portanto, eu defendo que temos de defender a AMPICC, temos de estar com os pescadores e temos de fazer este equilíbrio.

Sobre a segurança, é preciso é importante perceber uma coisa. Há áreas que cada vez mais parece que deixamos de investir, desinvestimos na educação, segurança, saúde e todos estamos a ver o que é que está a passar. Não há efetivos, e embora se crie condições criada pelas autarquias que têm a capacidade para isso e defendem que deve-se criar condições para estas instituições. Mas o problema é que muitas vezes nem papel têm para imprimir. É este estado que estamos relativo á segurança, não significa que não estejamos sempre atentos e a pressionar para perceber como é que podemos melhorar a segurança no Algarve, na nossa freguesia, no concelho, porque ainda somos uma zona segura e é por isso que somos escolhidos por tanta gente para viver, para vir passar férias, ainda somos seguros e não podemos perder.

Eu, por exemplo, percebendo que o governo não consegue criar efetivos, sou defensor da polícia municipal. Sou defensor das câmaras de videovigilância e, se me disserem, vamos perder privacidade, mas entre a privacidade e a segurança, se calhar temos que começar a optar. Portanto, eu começo a lutar por aquilo que é a capacidade da autarquia de Loulé de poder promover e criar mais condições para as pessoas viverem em segurança.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm palavra João Santos.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Bancada do Partido Social Democrata – João Santos: Gostaria de poder fazer aqui também um esclarecimento ao executivo da Junta de Freguesia, eu estive lá, não consegui ir embarcar a bordo de uma embarcação por contingências diversas, não cheguei a tempo, mas estive lá no Porto de pesca e estive lá reunido com alguns colegas, ex-colegas de profissão e, trocamos e algumas impressões.

Mas é importante que se diga que, embora nós não tivéssemos presentes na manifestação, houve outros momentos onde esta bancada e o PSD foi incisivo, precisamente no que tocou às audições que foram muito importantes e que tiveram lugar na Assembleia da República para que se lançasse uma luz sobre este projeto que era um projeto que realmente estava a passar despercebido.

Quer dizer, havia aquelas reuniões com a Fundação oceano azul, com o CC Mar e com as tais 80 entidades, mas não havia claramente uma ideia clara sobre o que aquilo era, mas nós tomamos essa iniciativa, fizemo-lo porque realmente entendemos que os pescadores necessitavam de ter essa voz, necessitavam de que fosse compreendido o seu lado, porque aqui é que foi o problema, estava a haver uma grande incompreensão relativamente a estas pessoas.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm palavra Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata - Ricardo Proença: A minha questão é sobre o Pavilhão da Escola D. Dinis que inclusive já foi uma questão que também foi levada à Assembleia municipal recentemente, e gostava de saber qual o ponto da situação até é porque está contemplado no plano plurianual da Câmara Municipal de Loulé para o ano e para 2025, há aqui investimentos de quase meio milhão em cada ano. Mas, segundo sei, continua-se a tomar banho de água fria no pavilhão e já estão lá os contentores sem estarem a ser utilizados e era para saber o ponto de situação.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm palavra Vitor Duro.

gf

Bancada do Partido Social Democrata – Vitor Duro: Senhor Presidente, eu também acompanho que de facto outdoors é poluição e quando é muito, é um exagero, mas também percebo os dois lados da questão. Por exemplo os outdoors que a Câmara Municipal de Loulé está a pôr agora em Quarteira e em todo o lado do concelho a dizer que deram apoios na habitação. Isto não é também poluição visual? Isto não é também campanha política?

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm palavra Élio Carmo.

Bancada do Partido Chega – Élio Carmo: Na continuação do que se acabou de falar. Nós sabemos que o Senhor Presidente não gosta de outdoor, também não é algo que me agrada muito. Mas o que é facto é que a Câmara e a Junta têm vários. Lembro-me de uns aí com os dejetos e não sei se ainda existem ou não, mas também são poluição visual. Já agora, pergunto: vamos ter de ter Muppis, para publicitar em vez de outdoors?

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Sr. Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: É muito rápido para dizer que eu estive em Lisboa com o Hugo da Quarquesca e fomos falar com a Ministra, falamos sobre a AMPIC. O que estou a dizer é que não foi uma coisa lembrada posteriormente. O Hugo já fez esse trabalho e vou dizer: temos uma excelente pessoa à frente da Quarquesca, que apresentou muito bem sobre o que eram as reservas naturais, dar exemplos e tudo mais, é uma pessoa exemplar e esta a fazer um trabalho excepcional. O que eu quero dizer é que nós sabemos que nunca foi uma luta branda. Porque nós tivemos a Anabela Simão, vereadora da Câmara Municipal de Lagoa, que desde o início levanta esta bandeira e que tentou juntar toda a gente na discussão. Fez um excelente trabalho.




Sobre o Pavilhão da Escola D. Dinis, concordo plenamente e não compreendo como é que há tanto tempo está cheio de problemas. Nós, neste momento, estamos a discutir um novo pacote de transferência de competências para a Juntas de Freguesia. A primeira resposta da nossa reunião em Loulé foi: queremos as escolas. Nós temos até ao primeiro ciclo a manutenção das escolas, pequenas manutenções. E o propusemos foi que queríamos a Escola Secundária Laura Ayres, a Escola D. Dinis e queremos EB 2/3 também. Já fazemos pequenas coisas, mesmo não sendo competência, e queremos os pavilhões dessas escolas também porque não temos medo de agarrar. É preferível que seja feita com a proximidade do que aquilo que se tem passado na Escola D. Dinis, portanto, eu quero concordo plenamente com isso.

Sobre os outdoors, ninguém me ouviu aqui dizer que eu sou a favor de alguns outdoors. Sou contra os das entidades públicas e os privados. O que acontece é que tenho de ser um bocado ponderado, porque existe um regulamento de ocupação do espaço público e publicidade, que contém aquilo que é a legislação dentro do Concelho de Loulé para os outdoors e em que nós, no artigo do regulamento que fala de outdoors, nós não fizemos nada. Fizemos uma cruz. Queremos zero outdoors no concelho de Loulé. Nós queremos outro tipo de atrativo nas ruas e nos centros urbanos.

Como não posso de alguma maneira acabar com os Outdoors da Câmara Municipal, vamos aproveitando os mesmos para fazer a comunicação da Junta sobre os eventos porque a população queixa-se, que na maior parte das vezes no Facebook não chega e para tentar sensibilizar porque eu repeti aqui várias vezes que a limpeza urbana e o civismo têm de ser trabalhados cada vez mais nas pessoas.

As coisas só mudam se nós tivermos civismo e a limpeza urbana é um fator que não muda com mais varredoras, mais pessoas para limpar. Muda com a atitude de cada um e nós aproveitamos para fazer aqueles outdoors para chamar a atenção.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos ao ponto seguinte que é a discussão e aprovação das atas, 5/A e a 6/A. Vamos passar à votação da duas Atas. Foram aprovadas. Entramos já no período da ordem do dia, proposta número 87,



apreciação e aprovação dos documentos provisionais para o ano de 2024. Têm a palavra Senhor Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Vamos fazer aqui uma pequena apresentação com aquelas que são as maiores referências do orçamento de 2024, sabendo que o orçamento não é mais do que uma previsão neste momento, nós, a seguir, ainda vamos ter em janeiro, talvez no princípio de fevereiro, uma Assembleia para a inclusão do Saldo de conta gerência. Há aqui algumas dinâmicas financeiras que, quando se percebe da matéria cá dentro, influenciam todo esse trabalho. Portanto, este é o meu 11º orçamento e não posso deixar de dizer que o trabalho da equipa financeira, liderada aqui pela Marta, tem sido excecional para podermos cada vez mais melhorar a apresentação e para as pessoas perceberem com mais transparência e informação daquilo que vamos fazer.

Bom, esta primeira página mostra realmente o orçamento. Este é o maior orçamento da Junta de Freguesia de sempre. Ou seja, nós, quando chegamos aqui e se olharmos para aquilo que são as despesas de capital de um milhão de euros, quando cá chegámos, o nosso orçamento durante vários anos era de menos de um milhão de euros, portanto, neste momento, temos um valor de investimento igual ou superior àquilo que era o nosso orçamento inicialmente. Temos aqui a regra do equilíbrio orçamental, que é: as receitas correntes têm de ser sempre superiores àquilo que são as nossas despesas correntes, sabendo que uma junta de freguesia é essencialmente um prestador de serviço. O nosso orçamento deste ano é de 5 921 282,96€ (cinco milhões novecentos e vinte e um mil duzentos e oitenta e dois euros e noventa e seis cêntimos). Este orçamento inclui aqui algumas situações que eu vou explicar nas próximas páginas, mas incluindo tudo, inclusive os contratos interadministrativos que temos com a Câmara Municipal de Loulé.

O documento seguinte é uma apresentação da relação entre aquilo que é a receita de capital e a receita corrente. Estamos a falar de pouco mais de 16% da receita de capital, proveniente sempre da Câmara Municipal, porque foi entregue à Junta de Freguesia para a execução de projetos, e a receita corrente de 83,67%, que



Handwritten signatures and initials in blue ink.

corresponde a várias origens da receita. Em termos de comparação, nós estamos a apresentar aquilo que são as nossas receitas próprias correntes, que são 495 010,00€, (quatrocentos e noventa e cinco mil e dez euros) e aquilo que são as receitas de entidade e outras entidades, que são na ordem dos 5 426 272,96€ (cinco milhões quatrocentos e vinte seis mil duzentos e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos). Como vocês estão a ver aqui nesta página, só quero aqui realçar uma coisa que tem a ver com os serviços de proximidade, que é a vinda da transferência de competências da responsabilidade da OVP, ou seja, da ocupação do espaço público e publicidade. Trouxe-nos a capacidade de uma gestão mais próxima e houve aqui um aumento, no fundo, das receitas na ordem dos 40%, como podem verificar. Isto não teve a ver com o aumento, esteve só com a regularização de situações que não eram feitas.

Depois, simplificando aqui as receitas próprias, nós temos na ordem dos 326 000€ (trezentos e vinte e seis mil euros) e falando dos valores maiores como taxas, multas e outras penalidades, mercados e feiras ou cessão de espaço público, certidões, declarações, todos aqueles serviços normais e correntes da Junta de Freguesia. E depois temos venda de bens e serviços, em que temos aqui os cemitérios, as caravanas, o serviço do espaço cidadão. Esta loja de Quarteira é uma loja de merchandising que nós estamos a começar a promover e que tem a ver com todos aqueles pequenos exemplos, como o livro do polvo que já saiu. Vamos querer vender livros locais, de autores locais, pequenas ofertas, promover, no fundo, a marca e a mascote de Quarteira.

Falando aqui das receitas, que são as transferências correntes, para termos uma perceção dos valores mais discriminados. Nós temos aqui impostos diretos que é o IMI que são 140 000,00€ (cento e quarenta mil euros) e depois temos o fundo de financiamento de freguesias, que é um apoio que vem sempre e que teve um aumento de 5% neste ano, que vem da DGAL, para nós. Temos esta rubrica que tem a ver com o apoio às senhas de presença, e temos o regime de permanência a tempo inteiro. Aqui reflete só naquilo que é o vencimento do Presidente. E a transferência de competências da lei 50/2018, que são 3 513,222,72€ (três milhões quinhentos e treze

mil duzentos vinte e dois euros e setenta e dois cêntimos). Ou seja, isto é importante aqui realçarmos este valor, porque houve um aumento de 40% e que vamos ver mais à frente, que teve a ver com uma nova negociação que tivemos com a Câmara Municipal de Loulé. mas que foi fácil porque houve entendimento entre as partes. As Juntas de Freguesia como a nossa discutiram a transferência de competências antes do Covid. Todos sabemos que com o Covid, com a guerra da Ucrânia, com tudo o que se tem passado de lá para cá e até os aumentos da função pública têm crescido há uma discrepância enorme nos valores que nós negociamos em 2017 pela primeira vez e aqueles que são apresentados hoje. E estes valores são diferenças de quase um milhão de euros.

Para vos dar um exemplo, a SUMA, a Eco Ambiente, que são as grandes empresas de limpeza urbana, deram-nos valores de 2% do trabalho que é efetuado no tempo em que estavam as competências com a Câmara Municipal de Loulé. Eles deram-nos na ordem de um milhão meio de euros para 2/3 daquilo que era o serviço que prestavam com a Câmara Municipal de Loulé. Tudo aumentou e nós tivemos de ter esta discussão para dizer que, são sempre receitas fixas da Junta de Freguesia. É muito importante isto, são receitas fixas da Junta de Freguesia, porque estas não são voláteis, não dependem das nossas receitas, estas são fixas do Estado diretamente para a Junta de Freguesia, o que nos dá, sendo nós, depois da IPSS os grandes prestadores de serviço a segurança para perceber que garante uma grande parte daquelas que são as grandes despesas da Junta de Freguesia.


Conforme já disse várias vezes nas reuniões que nós temos no Conselho Geral da Anafre, a nível nacional, onde estão representadas cerca de 60 freguesias do país, a discussão que nós temos é autonomia. E autonomia significa o quê, é que todas as Juntas de Freguesia, se não fossem o apoio das Câmaras Municipais era muito difícil a gestão do dia a dia. Ainda bem, cada vez mais se vai valorizando as Juntas de Freguesia, cada vez mais se vê como complemento àquilo que é o trabalho municipal e que é a forma mais fácil chegarmos à população.



Temos o contrato interadministrativo de apoio ao funcionamento de 185 000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros), que foi este ano aumentado em 15% pela Câmara. Temos o auditório, cuja gestão é nossa e a Câmara e passou para nós 36 000,00€ (trinta e seis mil euros). Este auditório está aberto praticamente 7 dias por semana, muitas vezes à noite, para todas as entidades. Há muitas pessoas que têm solicitado o espaço e nós estamos sempre disponíveis porque temos funcionários, temos as limpezas, uma quantidade de recursos. Nós preferimos esta gestão de proximidade, porque conseguimos responder a todos sem quase dizer que não, a não ser às vezes pelo excesso de ocupação que tem.

Sobre o cemitério, esta é uma verba que nós levantamos esta discussão há 2 ou 3 anos e que, neste momento, a Câmara apoia todas as Freguesias com um valor para o Cemitério. O Cemitério, como sabemos, não é para dar lucro, e nós temos alguns estudos relativamente aos novos regulamentos das taxas e dos preços. Não é para dar lucro e o cálculo é sempre feito com base naquilo que é a despesa que nós temos com essas atividades. Portanto, dá prejuízo e, dando prejuízo, a Câmara reconheceu isso e apoia diretamente as juntas de freguesia, no nosso caso com 98 000,00€ (noventa e oito mil euros).

O contrato interadministrativo sociocultural, todos vocês conhecem. É por isso que fizemos o edifício que está sempre cheio. São centenas de pessoas que passam por aqui com várias atividades. É onde várias entidades têm utilizado para formação, tais como a Proteção Civil, O INEM, o Centro de Emprego também, porque o edifício foi feito com uma cozinha. Ou seja, todas estas atividades precisam de pessoas. Nós temos 7 pessoas a trabalhar neste projeto que é grande, que tem, como já vos disse, os eventos e a Câmara Municipal, reconhecendo todo este trabalho com a população, apoia a Junta de Freguesia com 230 000,00€ (duzentos e trinta mil euros) e nós conseguimos ter aqui a capacidade de pagar parte daquele que é o investimento que nós temos com o gabinete sociocultural, onde incluímos também a nossa Academia do Saber.

 A receita de capital e os fundos autónomos têm a ver com verbas que nós ainda podemos ir buscar a fundos comunitários, aos quais concorremos e que temos as coisas ali em standby ainda na CCDR. Estamos aqui a discutir algumas situações que faltam apresentar. Dizem eles, nós achamos que apresentamos, mas queremos é chegar a bom porto.

O contrato interadministrativo de obras, que vocês veem aqui de 626 285,44€ (seiscentos e vinte e seis mil duzentos e oitenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos), foi a nova negociação que tivemos com a Câmara Municipal. Quando nós avançamos com o edifício, avançamos primeiramente com o projeto do edifício e depois a Câmara deu-nos a verba para a obra. O projeto, foi pago pela Junta, porque às vezes nós antecipamos com verba nossa para mostrar que temos a capacidade de podermos fazer alguma coisa. Depois, se não for aprovado na Câmara, o projeto fica sempre uma despesa nossa, mas que é um investimento para o futuro.

Avançámos logo com o projeto da Praça do Mar, pelo menos para criar ali uma melhor acessibilidade, para acabar com os degraus, para que seja mais acessível e tenha ali melhores contornos. A Câmara Municipal transferiu para nós verba para este projeto da Praça do Mar, que nós esperamos lançar o concurso muito em breve, para ver se depois, até maio, mais tardar em junho, está terminado.

E o contrato interadministrativo, que é outra parte da negociação que nós tivemos das novas transferências de competências, que é o Passeio das Dunas. O Passeio das Dunas não tem tido ali uma manutenção como deve ser. A Câmara Municipal de Loulé vai passar para nós, verba para um projeto de reabilitação do Passeio das Dunas, incluindo algumas coisas novas. Vamos fazer o polidesportivo ao lado do campo de basquete, porque nós somos muito defensores da atividade física, do desporto na rua. Portanto, estas são duas obras que são verbas da Câmara Municipal, mas têm aqui a energia da Junta de Freguesia para avançar.

As despesas com o pessoal são importantes de trazer aqui porque são as mais controversas. É por isso que eu repito sempre: somos um prestador de serviços tais como as IPSS. Aqui nós temos a evolução do orçamento de 2022 a 2024 e é relativamente ao valor do orçamento aquilo que foi investido e que temos em recursos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

humanos. Temos uma percentagem de 31% em 2022, 37,92% em 2023 e em 2024 o orçamento também cresceu ligeiramente e provavelmente irá aumentar chegando esta percentagem, com os recursos humanos no futuro aos 40%.

Os técnicos superiores aumentaram nos últimos de 2021 para 2024, no orçamento 14,46%, os assistentes técnicos na ordem dos 30,8%, os assistentes operacionais 15,83% e o encarregado operacional 12,52%. Ou seja, há aumentos nesta grandeza de valor da despesa com pessoal que tem a ver também com os grandes aumentos que houve na função pública.

Relativamente ao organograma da junta, ele evoluiu neste sentido. Nós temos aqui uns quadros intermédios de suporte à gestão e de operações e temos também o suporte a clientes que contemplam todas estas áreas e ao lado os números que vocês veem são os números dos colaboradores. Ainda não temos no suporte a clientes uma pessoa que faça a gestão de todas estas áreas. Tem sido aqui a Marta que está a suportar essa área toda que dá para ganhar um bom know-how na matéria que isto é tudo cheio de leis e complexidades, mas pronto, mas seria objetivo de a Junta de Freguesia ter aqui uma pessoa neste quadro intermédio para poder gerir todas estas áreas.

Neste quadro temos as despesas correntes e vou destacar 4, que são aquelas mais volumosas. Temos a aquisição de bens com 471 689,00€ (quatrocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e nove euros) e a aquisição de serviços com 2 094 928,00€ (dois milhões noventa e quatro mil novecentos e noventa e oito euros), para explicar, a limpeza e a higiene representam a maior parte das nossas despesas com serviços. Temos equipas externas, mas também internas. Para entenderem melhor, temos uma verba em dívida, não porque não pagamos de propósito, mas porque achamos que eles não prestaram os serviços. Essa verba tem de estar sempre contemplada no nosso orçamento.

Neste momento, estamos praticamente a duplicar a verba. Porquê? Porque ela está presa no orçamento de 2023 e só sairá no saldo de conta de gerência na próxima Assembleia. Ao mesmo tempo, temos de contemplá-la no orçamento de 2024.

Por isso, digo que às vezes há situações aqui que são irreais. Temos de fazer um esforço porque não andamos a nadar em dinheiro para poder fechar o orçamento de 2024. Esta verba não é real, está duplicada.

Depois, temos a Algar. Desde que chegámos, aumentou exponencialmente os seus valores. Os municípios estão a tentar acabar com a Algar e começar eles a prestar o serviço. Que o façam, porque tem sido um aumento de taxas e neste momento, já pagamos à Algar valores que poderá rondar os 170,000,00€ (cento e setenta mil euros). Portanto, aquilo já não é um prestador de serviço, que preste um bom serviço á população e depois, a Algar tem uma reunião com a Câmara Municipal de Loulé e disse ao vice-presidente que Quarteira está controlado.

Nós estamos a contratar fora, está muito difícil arranjar pessoas para trabalhar na área da limpeza. Nós abrimos o concurso de operacionais, mesmo para o armazém, e não concorreram algumas pessoas, ficaram em branco como as vagas e com a varredura também.

Nós, muitas vezes, temos de trabalhar com estas empresas de fora, se não temos capacidade, porque ninguém concorre para vir varrer a rua. O espaço verde é diferente porque é um serviço mais técnico e os jovens, têm tido formações nas várias áreas do trabalho que é feito nos espaços verdes, cortes em altura, especificidades técnicas da rega e tudo mais. Temos também a recolha de monos, que temos contratados 2 carrinhas com 6 elementos, e temos também uma carrinha para SOS, mas só é um grupo que faz vários serviços da Junta de Freguesia.

Em relação aos estudos, pareceres e projetos, temos a consultoria de recursos humanos, porque com a complexidade que é o Siadap, que é a avaliação dos recursos humanos e eles agora querem passar para 1 ano. Isto é caótico, se passar para 1 ano, tem de haver pessoas só a trabalhar para fazer o Siadap porque é complexo e muito burocrático e temos sempre uma empresa de consultoria, porque isto é uma panóplia de regras e leis que nós andamos sempre aqui para perceber quando é que estamos dentro daquilo que é o parâmetro que podemos agir. Portanto, temos serviços de consultoria contabilística e jurídica.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Na parte informática já temos 1 técnico de informática, que nos dá todo o apoio de forma que já não dependamos das empresas privadas.

Mas ainda não temos no jurídico a capacidade de contratar alguém para esta área que seja dos quadros da junta, vamos ver como é que isto será no futuro. O ROC, porque a partir dos cinco milhões já é obrigatório ter o revisor oficial de contas e nós vamos ter de pagar uma pessoa para ser nosso revisor oficial de contas.

O serviço recreativo, cultural, desportivo e religioso tem a ver com os apoios que damos, com a organização de excursões também, com vários eventos que nós temos durante o ano. Sobre o apoio social é importante perceber porque é que temos as pessoas a fazer este trabalho, tentamos ser um complemento às instituições locais e à Câmara municipal de Loulé, sem sobrepormos o serviço que é feito e os apoios que são feitos, tentamos trabalhar em conjunto e têm corrido bem.

Portanto, esta é a quantidade de serviços que fazemos todos os dias, há 2 senhoras que vão distribuir 22 refeições. Esta situação sobrou, salvo seja, para a Junta de Freguesia durante o COVID, estas pessoas são necessitadas, e nós trabalhamos aqui em apoio á Fundação António Aleixo e às pessoas porque a Fundação já não tinha capacidade para apoiar muito mais.

Neste momento, estamos a tentar conversar com a Câmara para perceber porque isto é uma logística muito grande, ocupa muito tempo as pessoas e os nossos recursos, temos de tentar perceber como é que podemos minimizar este impacto, mas não podemos deixar porque são pessoas em que algumas delas até pagam á fundação as refeições na sua totalidade, não como pessoas beneficiárias de apoio social porque têm capacidade, mas são um problema social porque são pessoas que vivem sozinhas, têm filhos no estrangeiro, isoladas, não têm capacidade de ir ou de fazer comida e esses também são casos de carência que nós tentamos aqui em conjunto e no trabalho que fazemos com a fundação e com a Câmara tentar resolver.

Sobre o plano plurianual de investimentos apresentamos aqui uma pequena brochura do que vamos fazer na Praça do Mar, ou seja colocar tudo em pavê que em termos de acessibilidade é mais liso. A calçada portuguesa é muito bonita, histórica e cultural, mas eu cada vez mais sou apologista que ela tem que ficar em zonas onde as pessoas

4f não passam porque não só para quem tem algumas deficiências, mas também para pessoas com mobilidade reduzida, e então temos que começar a ter pavimentos que sejam muito mais acessíveis para todos.

Este é um pequeno resumo, foi só para mostrar aqui, nós estimamos este valor, vamos ver agora no concurso o que é que vai acontecer por causa da dificuldade das empresas, bem como este estudo que nós temos para o Passeio das Dunas, trazer toda a atividade da equipa ao pé do campo de basquete, esta zona é a zona de implantação do mercado e na expectativa de que muito em breve se possa começar a obra, nós vamos libertar aquela zona já e preparar todas as condições.

Também queremos colocar ali blocos climatizados para ter o mesmo projeto de centro de praia que temos na zona nascente, passar também aqui para esta zona até porque segundo informação também é uma das zonas que têm condições naturais para fazer a prática do surf.

Relativamente ao projeto social “Quarteira Longevidade com Qualidade”, é importante falar disto porque no orçamento nós falamos da transferência da Câmara de 230 000,00€ (duzentos e trinta mil euros). Falamos da quantidade de pessoas que são afetadas a este trabalho e fazem um excelente trabalho e é preciso perceber quantas pessoas passam por estas atividades. Num mundo onde cada vez mais se fala em as pessoas serem mais ativas no pré e pós reforma.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Está aberta às questões. Têm a palavra Vítor Duro, da bancada do Partido Social Democrata.

Bancada do Partido Social Democrata – Vítor Duro: Não querendo corrigir senhor Presidente, mas o problema não é o COVID ou a inflação em si. O problema é que a transferência de competências tem um valor fixo e as despesas vão aumentando ao longo dos anos até por aquilo que estava a dizer dos aumentos de ordenados que obviamente as pessoas têm direito. Esta lei da transferência de competências como está feita vai sempre criar problemas por 3 em 3 ou 4 em 4 anos vai ter de ser revista.



Se tivesse um valor variável anexado à inflação, qualquer coisa do género, assim vai ter sempre de ser revista.

Ora bem, relativamente a esta proposta de orçamento de 2024. Continuamos a criticar o que já fazíamos anteriormente, como por exemplo excesso de despesa com pessoal no orçamento. Criticávamos um plano plurianual de investimentos que para nós era curto baseava-se em 2 grandes rubricas, mas sem uma grande iniciativa para além disso na altura essas 2 grandes rubricas eram a obra do edifício da Praça do Mar e o Parque de atividades no Passeio das Dunas. Obviamente que estávamos à espera depois da inclusão do saldo de gerência para uma alteração destes pressupostos.

O documento que hoje nos é apresentado tem aqui uma grande novidade e que muda muita coisa aqui, que é o acréscimo de um milhão de euros, no âmbito da transferência de competências. Isto é uma excelente notícia, vem elevar o orçamento da Junta só em receitas correntes para cinco milhões de euros que e este importante acréscimo na receita vem alterar os rácios que nós criticávamos, por exemplo a Junta fica com um maior alívio financeiro para cumprir as suas obrigações e com maior liberdade para ajustar os valores da despesa. Este reforço importante pode permitir libertar as receitas próprias à volta dos 500 000,00€ (quinhentos mil euros) para tantas outras coisas porque não tem de gastar na gestão corrente. Pode permitir uma liberdade de uso desta destas verbas de receitas próprias para transferências de subsídios a organizações e apoio à organização de eventos atividades desportivas culturais etc.

Este novo quadro orçamental parece-nos mais equilibrado, o peso relativo da despesa com pessoal em termos de receita corrente mantém-se nos 45%, no entanto se o ano passado no orçamento inicial depois de pagar ordenados sobrava dois milhões de euros hoje sobra dois milhões e setecentos mil euros, portanto mais uma vez obviamente isto é positivo, no entanto isto não invalida que em 2 anos a despesa com pessoal tenha aumentado 45% conforme já tínhamos avisado há mais tempo e vai continuar a acontecer e isto com o mesmo quadro de pessoal aprovado à volta dos 100 colaboradores. É só a progressão natural do volume salarial, progressões na carreira etc., e neste sentido continuamos a apelar à máxima prudência na parte do

peçoal porque é uma despesa crescente. Não somos contra a Junta ter peçoal para as tarefas necessárias, somos é a favor de uma maior moderação porque a despesa em peçoal obviamente que vai limitar a capacidade de intervenção da Freguesia como um todo.

A segunda coisa que nos assemelha com o orçamento do ano passado é o plano plurianual de investimentos que continua a ter 2 grandes rubricas onde vamos gastar 2/3 do orçamento. Temos a obra da praça do mar, mais uma vez, e a obra do passeio das dunas. São obras importantes e com o saldo de gerência que vem do ano passado, é possível aumentar algumas rubricas, no entanto, nesta bancada criticamos aquele plano plurianual de investimentos porque não encontramos lá juventude, não encontramos lá economia e esperávamos mais arrojo no plano plurianual de investimentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra o Sr. Jorge Guerreiro.

Bancada do Bloco de Esquerda – Jorge Guerreiro: Senhor Presidente. Gostaria, se me pudessem explicar, aqui na parte da despesa às instituições sociais, estes 24 305,00€ (vinte e quatro mil trezentos e cinco euros), quais são as instituições e os valores para cada uma.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: De facto, nós olhamos no geral e sabemos muito bem quais são as competências da junta e os seus limites, como é óbvio e é interessante fazer a análise do plano plurianual de investimentos e é inevitável dizer que parece que está sempre a arrastar os mesmos problemas, ano após ano. Relativamente ao que o deputado Jorge Guerreiro frisou sobre o apoio a serviços criativos, culturais e desportivos e religiosos. Acho que, tendo em conta a dimensão que também o orçamento está a ter, também acho que esta rubrica aqui



[Handwritten signatures]

poderia ter um reforço um bocadinho maior. Até porque há muita instituição desportiva, inclusivo, que está a fazer muito pela freguesia e sobretudo pelos seus jovens. E às vezes, quando não há aquela capacidade ou, como disseram aqui há uns anos, um vereador numa Assembleia municipal que a Juventude é transversal a todas as áreas da Câmara, estas instituições às vezes fazem muito pelos jovens e puxam muito pelos jovens.

Do ponto de vista social, acho que o vosso trabalho é fantástico e não tenho problema nenhum em dizer isso. Acho que ano após ano pode crescer sempre muito mais. E estou a falar em especial da Academia do Saber.

De resto, acho que claro, é importante que os orçamentos cresçam ano após ano, em conformidade com a dinâmica da própria administração pública ou da própria economia, também trabalharam para que isso mudasse, esse problema com a transferência de competências e todos os serviços que prestam com a AMA.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra o Sr. Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Quando o edifício aparece na Praça do Mar, houve uma dinâmica nossa e estes números aparecem aqui hoje porque nós tivemos a capacidade e o apoio de muitos voluntários e dos funcionários. Aqueles recursos humanos que nós falamos muitas vezes, que eu posso trocar um recurso humano daquele gabinete, troco por um apoio uma instituição e não sei se vou garantir o trabalho social que ele faz aqui, se será mais só entregando dinheiro a uma instituição, por muito que se precise. É preciso pôr isto na balança, este trabalho é um trabalho de referência que foi feito aqui e o mesmo investimento foi o que eu mencionei anteriormente. Nós temos um valor de investimento que precisa ser muito bem trabalhado o montante para que a Câmara possa confiar e para que possamos chegar a um patamar de confiança na execução destes projetos.

Quem vier para cá tem que pensar que, com receitas próprias e receitas das entidades, a receita das entidades não é mais do que a discussão daquilo que são as nossas



necessidades para a prestação de serviços e só com essas receitas não há dinheiro para investimentos. Só há dinheiro para investimentos quando colocamos na cabeça que podemos ser um complemento ao município e fazer o que fizemos e mostrarmos a confiança na capacidade de dizer que temos e podemos fazer os projetos que a Câmara financia.

Vamos fazer projetos para 3 escolas e vamos fazer um projeto para a Rua 25 de abril. Neste momento, estamos a tentar perceber como é que vamos lançar os concursos, mas estas 3 escolas e a Rua 25 de abril. Os projetos das escolas foram resultado de um projeto com os diretores dos dois agrupamentos para perceber qual era a necessidade para Quarteira dentro daquilo que é o nosso know-how, propusemos a ampliação de edifícios para ser mais rápido, novos edifícios na Escola Dra., Laura Ayres e eu vou-vos dizer, nós fizemos propostas para 5 projetos e a Câmara está à procura de um outro terreno para fazer uma escola e esperamos que tudo se concretize.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Sr. Vítor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vítor Duro: De facto reparo que o projeto do Edifício das Praças ou do espaço da praça do mar ou do projeto do dia 25 de abril, eu pergunto se a Câmara pode fazer, que faça ao invés de passar dinheiro para a Junta para depois a Junta fazer, quando eles próprios podem fazer logo. A Junta tem de criar quadros técnicos, criar competências para ganhar respeito junto da Câmara, para trazer dinheiro para fazer uma coisa que eles já deviam ter feito à partida.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra Sr. Presidente.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Gostaria de explicar o seguinte, os procedimentos levam tempo. O CCP, a legislação daquilo que são os procedimentos legais que nós temos que fazer para um concurso, é uma coisa que leva uma eternidade.



[Handwritten signatures]

Uma Câmara que tenha capacidade financeira para fazer projetos e não tem a capacidade técnica lá dentro para dar resposta a todos os projetos, partilhe com as Juntas de Freguesia que as coisas acontecem. Eles sabem que existe um problema, isto é um trabalho conjunto que já devia de existir há anos.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra Jorge Guerreiro.

Bancada do Bloco de Esquerda – Jorge Guerreiro: Gostaria só de fazer uma sugestão para no próximo orçamento, afetar o valor do IMI, às instituições de Quarteira. Estamos a falar aqui à volta de 16.000,00€ (dezasseis mil euros), não é uma verba muito significativa, mas penso que seria mais uma ajuda para algumas instituições.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Temos consciência, digamos assim, da pouca elasticidade que um orçamento de uma organização do setor público tem, até porque está sujeita a lei e rege-se pela lei. Mas quando falo numa outra dinâmica, é por exemplo a ir em direção do projeto, por exemplo da Cesta do Peixe, que utiliza um produto local, que mexe com uma economia própria local e o que eu digo, é pensar em fazer outros projetos noutras áreas com o mesmo propósito que foi a Cesta do Peixe.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Aprovado por maioria. Relativamente á convocatória, eu acho que a Proposta 89 e a 96 e deviam ser votadas antes da 88. Se ninguém se opõe, passo a ler a Proposta 89 - Apreciação e aprovação da segunda alteração ao Auto de transferência dos recursos do município de Loulé para a freguesia de Quarteira. Têm a palavra Marta Teixeira.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Boa noite a todos. Começo por agradecer esta inversão aqui da na ordem dos pontos. Esta alteração consiste em 3 mudanças. A

primeira alteração diz respeito, como o Presidente já disse, à atualização dos valores transferidos para a execução da competência da limpeza das vias de espaço público, sarjetas e sumidores, devido ao acréscimo dos custos que temos verificado nesta área. Portanto, esta atualização produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023. Portanto, temos de incluir agora este valor de 879 052,72€ (oitocentos e setenta e nove mil e cinquenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) na nossa receita do orçamento de 2023. Portanto, este valor perdura para o ano 2024, como já foi indicado e apresentado ali no orçamento. A segunda alteração é referente à gestão e manutenção dos espaços verdes, mas na área do passeio das dunas. A partir de 1 de janeiro de 2024, a competência passará para a junta de freguesia de Quarteira e para a execução dessa competência será transferida a verba de 134 170,00€ (cento e trinta e quatro mil cento e setenta euros), passando então os valores desta competência da gestão e manutenção dos espaços verdes de 630 000,00€ (seiscentos e trinta mil euros) para 764 170,00€ (setecentos e sessenta e quatro mil cento e setenta euros). A terceira alteração neste Auto, remete para a retificação do número da conservatória do artigo matricial dos bens imóveis que foram referidos na cláusula 2 da presente alteração e que se referem a imóveis que foram incluídos na transferência de recursos da Câmara municipal de Loulé para a Junta de Freguesia de Quarteira.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos á votação. Aprovado por unanimidade. Passamos à proposta 96 - Apreciação e aprovação do acordo de colaboração com a DGAL no âmbito do programa 'Apoiar a Freguesia'.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: O programa 'Apoiar a Freguesias' resulta de um acordo de colaboração que foi estabelecido entre DGAL, a Direção-Geral das Autarquias Locais e a CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e as Juntas de Freguesia. O objetivo foi conceder um apoio financeiro para as despesas relacionadas com o combate e a limitação da pandemia do COVID. Foram despesas que Juntas de Freguesia tiveram no ano 2020. A CCDR analisou as candidaturas, verificando a elegibilidade das despesas apresentadas pelas autarquias e a DGAL foi



Handwritten signatures and initials in blue ink.

responsável pelo pagamento à Junta de Freguesia. O valor que foi apoiado totalizou o valor de 2 559,07€ (dois mil quinhentos e cinquenta e nove euros e sete cêntimos).

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos á votação. Aprovado por unanimidade. Aprovado por unanimidade. Proposta 88 - Apreciação e aprovação da alteração orçamental da receita e despesa, revisão número 3.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Na sequência das propostas 89 e 96 que apresentei, anteriormente houve, a necessidade de efetuar uma alteração orçamental. Neste caso, trata-se de uma alteração orçamental modificativa, pois estamos a proceder à inclusão de novos valores na nossa receita que resultará no aumento do montante global do nosso orçamento de 2023. Portanto, daí a necessidade de fazer esta alteração.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Na parte das despesas com o pessoal, se poderem ver aí, eu reparei que está apenas 34 000,00€ (trinta e quatro mil euros) e fiz um exercício de ir ver as anteriores revisões ao orçamento e na primeira também deteto ali um número que eu não sei se está correto, igualmente na segunda, tudo relacionado com as despesas com pessoal. Isto para dizer que em 2023, orçamentamos cerca de 1 793 000,00€ (um milhão setecentos e noventa e três mil euros) e fez-se um reforço de 300 000,00 (trezentos mil euros). Assim, depois, quando houve a segunda revisão, nós vamos ver a previsão inicial e aparece-me 2.174.000,00€ (dois milhões cento e setenta quatro mil euros) e eu pergunto: não deveria aparecer 1.793.000,00€ (um milhão setecentos e noventa e três mil euros) que vinha anteriormente da primeira revisão?

Relativamente também no relatório de atividades, na parte financeira, a execução no relatório está até outubro de 2023. A execução, mas está lá orçamentado nesta mesma rubrica de 2.141.000,00€ quando, e pelas minhas contas, deveria estar

2.198.000,00€ (dois milhões cento e noventa e oito mil euros) que é após a segunda revisão ao orçamento.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Relativamente ao valor que aparece nas despesas pessoal nesta revisão, possivelmente houve aqui algum erro do programa. Não, não faz sentido de todo e os valores corretos são os que constam no relatório de atividades, portanto esse está atualizado até ao final de outubro.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Têm a palavra Vitor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vitor Duro: Eu gostava mesmo de saber, nós temos em limpeza e higiene urbana orçamentados aqui previsões iniciais, um milhão trezentos e dezassete mil euros, com um acréscimo de valor que ficará para limpeza e higiene urbana 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros). Eu gostava de saber exatamente que valor é este no ano 2023 para limpeza e higiene urbana. Isto não é exagerado e até porque em 2024 o orçamento remete-nos para cerca de um milhão e duzentos mil euros.

Portanto, há de facto aqui um reforço desta verba que veio da Câmara já em dezembro, é de 879.000,00€ (oitocentos e setenta e nove mil euros). É muito dinheiro, não sei não sei qual é a despesa extraordinária tão avultada.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Sr. Presidente da Junta, tem a palavra.

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Isto foi só a aplicação direta deste valor na limpeza urbana, ou seja, como é, como foi da verba da limpeza urbana, nós colocamos agora com o ano está a acabar.



de T...
SM
LF

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúgia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por maioria. Proposta 90 - Apreciação e aprovação do procedimento plurianual de aquisição de serviços de consultoria para avaliação e melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Trazemos aqui para vossa apreciação e aprovação o procedimento plurianual para aquisição de serviços de consultoria para avaliação e melhoria das condições de segurança de saúde no trabalho. Basicamente, o que pretendemos é que seja feita uma avaliação das condições de segurança para cada posto de trabalho que temos na junta, no que se refere a equipamentos e infraestruturas, procedimentos, tais como a iluminação, os riscos psicossociais, riscos ergonómicos, a prevenção de acidentes de trabalho.

Portanto, o nosso objetivo é criar soluções ajustadas à nossa realidade e a realidade de cada posto de trabalho que temos agora na junta e, principalmente, também o cumprimento das obrigações legais. Este procedimento no valor base é de 19 500,00€ (dezanove mil e quinhentos euros), tem um prazo de execução até 31/12/2024, pretendemos avançar com ele o mais breve possível, daí ser um plurianual.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúgia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 91 - Apreciação e aprovação do procedimento plurianual aquisição de serviços para aplicação de Fitofármacos.

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Isto não é mais do que uma despesa plurianual que passa por 2023 e 2024 e dá um total de 2023 com IVA 23.985,00€. (vinte e três mil novecentos e oitenta e cinco euros). Os fitofármacos têm de ser aplicados por pessoas especializadas têm de ter até a parte do armazenamento uma quantidade de exigências. É um produto para a lagarta do Pinheiro, é para algumas árvores que têm aquele tipo de resina que cai no chão e que deixa as marcas. Portanto, há produtos que conseguem combater todos esses problemas.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta número 92 - Apreciação e aprovação do acordo de cooperação com o instituto de emprego e formação profissional no âmbito do desenvolvimento dos cursos de PLA (Português língua de acolhimento).

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Trata-se de um acordo de cooperação com o IEFP, que se resume a uma parceria estabelecida com a Junta de Freguesia para a cedência de uma sala para que possam desenvolver o curso de português língua de acolhimento, com o objetivo de promover a integração da população imigrante residente em Quarteira. A sala cedida para a realização das aulas, é na loja do calçado que fica situada no edifício Atlântida, na Rua dos Bombeiros. A ocupação da sala ocorrerá 4 dias por semana, da parte da tarde das 14h às 18h. O presente acordo é celebrado pelo prazo de 6 meses, terminando a meio de 2024.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 93 - Apreciação e aprovação do protocolo de parceria com agrupamento ESLA, no âmbito do desenvolvimento dos cursos PLA (português língua de acolhimento).

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Trata-se de um acordo de cooperação realizado no mesmo molde do anterior, é exatamente para a mesma finalidade. É a mesma sala que é cedida no período da manhã das 8h até às 12h. É um acordo também celebrado até setembro. As entidades, estão a trabalhar em parceria de modo que consigam arranjar o maior número de alunos e que consigam conciliar os horários, uma vez que ESLA, realiza as aulas no período da manhã e o IEFP realiza as aulas no período da tarde.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 94 - Apreciação e aprovação do protocolo de

Lúcia Brito
Marta Teixeira
LF

cooperação e parceria com o agrupamento ESLA, no âmbito do plano individual de transição (Estágios).

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Trago-vos dois protocolos celebrados entre a ESLA e a Escola Secundária Dra. Laura Ayres e a Junta de freguesia de Quarteira para a realização de estágio, para dois alunos do 11º ano. Portanto, eles estão no curso profissional técnico de jardinagem e vêm realizar estágio na nossa área de espaços verdes. Os estágios fazem parte do plano devido à transição, cujo objetivo é promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional. A duração do estágio é de 8 meses, podendo ser prolongado durante o período de férias, desde que haja acordo entre as partes.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 95 - Apreciação e aprovação do protocolo de colaboração com a escola alemã, no âmbito do programa Erasmus +.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Este protocolo realizado entre a Junta de Freguesia e uma escola alemã com perfil internacional, tem como objetivo a realização de programas internacionais para melhorar as competências interculturais dos seus alunos do 12º ano. Estes programas incluem a realização de estágios obrigatórios em parceiros de cooperação a realizar no estrangeiro. A parceria em questão não possui qualquer carácter lucrativo nem comercial, é apenas de carácter voluntário. O objetivo é que os alunos passem um período curto, não é muito longo, num país estrangeiro, e que possam desempenhar algumas profissões e levar daqui as nossas culturas.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 97 - Apreciação e aprovação do protocolo de colaboração técnica financeira com a ANAFRE, no apoio á operacionalização do programa Vale Eficiência.

Membro do Executivo – Marta Teixeira: Trata-se de um protocolo celebrado entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, portanto a Associação Nacional de Freguesias, através do programa Vale Eficiência. Que é que este programa Vale Eficiência? Ele enquadra-se num conjunto de medidas que visam combater a pobreza energética e reforçar a renovação do edificado nacional, possibilitando o aumento do desempenho energético ambiental dos edifícios, do conforto térmico, das condições de habitabilidade, saúde e bem-estar das famílias, contribuindo para a redução da fatura energética e da pegada ecológica. Tem como objetivo entregar vales eficiência, até ao máximo de três por família, no valor unitário de 1 300,00€ (mil e trezentos euros), acrescido de IVA, a famílias economicamente vulneráveis e que habitem em edifícios em situação de potencial pobreza energética, para que estas possam investir na melhoria do conforto térmico da sua habitação, quer por via de intervenções na envolvente, quer pela substituição ou aquisição de equipamentos e soluções energeticamente eficientes. Temos exemplos de substituição de janelas, sistema de águas quentes sanitárias, sistemas de aquecimento ou arrefecimento, instalações de sistema fotovoltaicos para a produção de energia elétrica para autoconsumo. Os beneficiários deste programa Vale Eficiência são pessoas singulares que sejam proprietárias, usufrutuárias ou arrendatárias e que residam permanentemente na habitação para a qual se candidatam e sejam beneficiárias da tarifa social de energia elétrica ou então pelo menos um dos membros do respetivo agregado familiar seja beneficiário de uma prestação social mínima.

O papel da junta de freguesia neste Vale Eficiência, basicamente, nós disponibilizamos funcionários para desempenharem o papel de facilitadores administrativos, que irão apoiar os cidadãos através do esclarecimento de dúvidas, verificação da elegibilidade dos candidatos e auxílio na submissão da candidatura. Esta candidatura início no dia 20/11/2023 e termina a 31 de outubro 2024.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúgia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade. Proposta 98 - Apreciação e aprovação do regulamento orgânico dos serviços da Junta de Freguesia de Quarteira.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'SM' and 'UX' below it.

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Trata-se de uma pequena alteração do regulamento orgânico e é a passagem dos serviços sociocultural para a área de suporte à gestão.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por maioria. Proposta 99 - Apreciação e aprovação do regulamento geral de taxas da Junta de Freguesia de Quarteira.

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Estamos aqui para a atualização do regulamento geral de taxas e a respetiva tabela. Também temos aqui o relatório da fundamentação económica financeira que é exigida nestes casos. As taxas de que estamos a falar são os atestados, as certidões, os termos de identidade e justificação administrativa, o registo da licença dos canídeos, gatilhos e de concessão de licenças para exercício da atividade diversas, licenciamento de ocupação da via pública, a realização de serviços cemiteriais e também temos aqui o aluguer dos espaços que são geridos pela junta atualmente. Até agora, entidades privadas não podiam fazê-lo e nós agora deixamos aqui a oportunidade de poder alugar os espaços a entidades privadas.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Vitor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vitor Duro: Senhor Presidente, só uma questão relativamente aos preços para alugar os espaços que existem. Isso é só para particulares e não para entidades ou é para toda a gente? Por exemplo, temos um clube de teatro que faz aqui aulas, vai começar a pagar?

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Quando nós temos entidades que utilizam os espaços que são da Junta de Freguesia, claro que é para manter. Nós não vamos cobrar aos clubes nem às instituições que normalmente têm usufruído dos espaços da junta de freguesia. E para garantir que, se vierem aqui entidades privadas e que cumpram aquilo que está no regulamento, podem também os espaços ser

alugados. Até porque não é um serviço e é um daqueles era uma daquelas lacunas que a própria cidade tem, é poder ter um espaço às vezes para uma reunião qualquer seja de uma entidade de uma empresa, mas que seja privada.

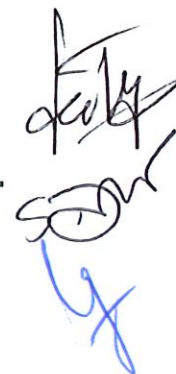
Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos à votação. Aprovado por maioria. Proposta 100 - Apreciação e aprovação do regulamento geral dos preços da Junta de Freguesia de Quarteira.

Presidenta da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Trata-se da mesma situação é a respetiva tabela de preços e o regulamento de preços com o relatório e fundamentação da económico financeira. Só há esta diferença entre as taxas que são os valores cobrados pelos serviços que apenas podem ser fornecidos pela autarquia, pela junta de freguesia, e depois os preços são valores cobrados em alguns casos de atividades e situações que podem ser também fornecidos por privados. Como por exemplo, o serviço de autocaravanas é um preço, eventos culturais, desportivos e associativos, estes não estamos a falar das associações e clubes, estamos a falar porque já apareceram situações de privados, a entidades privadas que não instituições locais, que querem fazer estes eventos. Pronto, também incluímos aqui um preço para venda de bens e cedência de equipamentos.

A Junta de Freguesia tem e despende muita verba em equipamentos de apoio a eventos, baias, pórticos, bancas, todo, todo, todo. O que nós queremos é tentar contabilizar tudo aquilo que também é emprestado por que existe um desgaste.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Passamos à votação. Aprovado por maioria. Proposta 101 - Apreciação do relatório de atividades referente ao período 01 de janeiro a 31 de outubro de 2023.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: O relatório de atividades não vou apresentar. Se houver alguma questão, responderemos.



Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Vitor Duro.

Bancada do Partido Social Democrata – Vitor Duro: Eu agradecia da parte do Sr. Presidente só uma explicação relativamente a esta questão da Cesta do Peixe. Acho que é um programa super interessante, mas isto anda orçamento atrás de orçamento aqui com valores ali pequenos e não progresso algum.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Tem a palavra Ricardo Proença.

Bancada do Partido Social Democrata – Ricardo Proença: Queria dizer aqui que a 31 de outubro, a execução da despesa era de 53,73% e olhando para o que estava orçamentado e para a execução e visto que temos 17 dias úteis até ao final do ano, tirando os feriados e as tolerâncias de ponto calculo que em fevereiro, vamos ter aí um grande saldo de gerência para incluir e, portanto, vamos de facto ter aqui um maior orçamento.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: A Cesta do Peixe é um projeto que se encaixa perfeitamente no dia de hoje. Este é um daqueles projetos que tem muito a ver com a vontade que temos de fazer algo, apesar de às vezes ser difícil ter verba para isso. Temos aqui uma verba residual afeta a esta rubrica porque fomos nós que investimos no software. Já temos tido este trabalho há, salvo erro, 3 anos.

Tivemos uma reunião ontem com a Câmara Municipal de Loulé, com o vice-presidente, e a Câmara vai apoiar na totalidade um projeto. Estivemos presentes nós, o Hugo da Quarta Pesca, e a Câmara Municipal de Loulé com as atividades económicas. Todos gostam do projeto e, com certeza, vai avançar agora com a cedência do espaço.

Já estava verbalmente acordado através da Doca Pesca, dois armazéns no Porto de Pesca. Portanto, agora é tudo obra e compra de equipamentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: No último e-mail que a Assembleia vos enviou, havia lá uns documentos sobre o procedimento plurianual que

não vinha na convocatória. O que é certo é que é um procedimento que tem de ser aprovado até ao final deste ano e já não temos mais nenhuma Assembleia de Freguesia. Por isso, eu pedi para juntarem os documentos e, se fosse possível, aprovarmos logo hoje. Senão, tínhamos de fazer uma Assembleia extraordinária só para este procedimento. Passa a ser a proposta 102- procedimento plurianual da criação de serviços de implementação da regulação do regulamento geral de proteção de dados e proteção e prevenção da corrupção.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: É mais uma daquelas obrigatoriedades das autarquias. Temos estado aqui a tentar regularizar todas as situações destas. O prazo era para acabar até final do ano. A entrega do regulamento da empresa que nos dá apoio não consegui. Nós estamos a pedir aqui é uma modificação contratual só para prorrogar o prazo por mais algum tempo, 3 meses, que é para poder entregar o arrolamento e podermos fechar.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúgia Brito: Passamos então à votação. Aprovado por unanimidade, passamos agora ao período de intervenção do público. Têm a palavra Sr. Rogério.

Sr. Rogério Ferreira: Boa noite a todos. Falou-se aqui da questão do pavilhão da Escola D. Dinis, sobre o que foi feito e o que ainda não foi feito que foi alvo de várias reuniões com os clubes que utilizam aquele pavilhão. A única coisa que está a funcionar em termos de água é água fria. Enquanto não forem colocados lá os contentores, não terão água quente. Pois, enquanto não estiverem prontos como deve ser, não terão água quente. O piso é a única coisa que me deixou satisfeito, sinceramente, nas reuniões que eu tive. Agora, em relação à questão do pavilhão e da questão da água, eu só tenho pena é que há 15 anos, quando se alertou para a situação que poderia acontecer com as águas, com a questão das raízes e tudo isso, ninguém tivesse tomado atenção. Agora estamos naquilo que estamos. Gostaria de saber se o senhor Presidente tem notícias sobre o PDM. É uma coisa que afeta



Quarteira e até agora parece que estamos todos um bocado às cegas com a questão do PDM. E também gostaria de ter notícias também sobre a Reserva Natural, Local do Almargem. Posso também aqui na questão da iluminação e acho é de facto há muita coisa que está às cegas. Mas eu estou preocupado com uma outra coisa também que já chamei a atenção. Que são, como sabem, a iluminação é feita por ligação em série, ou seja, vai passando nos postos para outro para os outros e há situações em que não está o poste, mas os cabos elétricos estão lá e a corrente passa, na minha opinião é uma preocupação maior do que uma lâmpada que esteja fundida.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Têm a palavra o Professor Catarino.

Professor Catarino: Boa noite a todos. Lembrei-me também de algumas questões embora não sejam diretamente da responsabilidade do senhor Presidente, mas a sua influência pode ajudar a esclarecer e resolver porventura algumas delas.

Uma delas tem a ver com a segurança rodoviária e com uma questão recorrente que eu, de vez em quando, falo nela. É a questão da 396, daqui até às 4 estradas. Todos os presentes que passam por ali, todos os dias assistem com certeza que o número de pessoas que circulam ali naquelas bermas é cada vez maior. Mais a mais agora com o afluxo das trotinetes e outros meios que começaram a aparecer, é um perigo permanente.

A questão é esta: nós sabemos que aquilo, não pertence mesmo às infraestruturas de Portugal. Mas para quando uma tomada de posição, não do senhor Presidente, mas influenciando a Câmara para se fazer a aquisição de equipamento e fazer dali uma realidade? Aquilo não é uma estrada, aquilo é uma rua. Das 4 estradas até Quarteira e de Quarteira até às 4 estradas, aquilo é uma rua. É uma rua porque tem equipamentos, restauração, lojas e outros são mais que muitos, obviamente turísticos. Tem uma frequência muito acima da média. Não sei se há algum estudo do número de veículos, mas alguma coisa tem de ser feita.

cf

Deve haver uma estatística da parte da GNR, das participações de acidentes que há ali. Portanto, isto é uma decisão política. Que sinta de certo modo da mesma maneira que fez relativamente a 4 estradas, Loulé tem de se fazer a aquisição por parte do município daquele equipamento e transformá-lo e dar-lhe condições em termos de segurança, com alargamento da via com certeza, e a segurança propriamente dita. Não sou técnico, estou apenas aqui a conjeturar e a fazer de ali uma proteção lateral para as pessoas poderem circular.

Neste momento, muitas das pessoas que escolhem Vila Sol para ficar e que se queiram deslocar ao Aquashow, mas uma grande parte dessas pessoas fazem-no a pé durante os meses de verão e vocês passam por lá, sabem disso.

Portanto, são coisas que em termos de segurança devem merecer a nossa maior atenção.

Gostaria de saber o que está previsto embora não seja da vossa influência, o que é que está previsto em termos de jardins de infância ou em termos de apoio à possibilidade que não seja só o apoio lúdico, o apoio da terceira idade para quem tem familiares que necessita de apoio geriátrico, possa ter na freguesia de Quarteira ou no concelho de Loulé uma resposta adequada.

Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto: Sobre a 396, sei que a Câmara Municipal de Loulé tem um projeto a adjudicado à empresa que está quase assinado para fazer a remodelação até a rotunda da Vila sol. Concordo que com alguma sinalização vertical podíamos minimizar muitos impactos e criar ciclovias tudo aquilo que a nova geração da mobilidade quer, mas também não está nada em cima da mesa discute-se, mas não há projeto nenhum que eu tenha conhecimento.

Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito: Damos por encerrada a sessão.

Foi encerrada a Sessão às 23h30.



A Presidente da Assembleia de Freguesia

Ligia Brito

1ª Secretária

Sónia Dallot

2º Secretário

António Floriano